



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

VANESSA RIBEIRO DE MOURA LIMA

**GUIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O MOVIMENTO
FEMINISTA: uma proposição preliminar**

Recife

2023

VANESSA RIBEIRO DE MOURA LIMA

**GUIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O MOVIMENTO
FEMINISTA: uma proposição preliminar**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao Curso de
Biblioteconomia da
Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título
de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Fábio Mascarenhas e Silva

Recife
2023

Lima, Vanessa Ribeiro de Moura.

Guia de informação sobre o movimento feminista: uma proposição preliminar / Vanessa Ribeiro de Moura Lima. - Recife, 2023.

50 p.

Orientador(a): Fábio Mascarenhas e Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2023.

1. Fontes de Informação. 2. Feminismo . 3. Conscientização Social. 4. Guia Informacional. I. Silva, Fábio Mascarenhas e . (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

GUIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA: uma proposição preliminar

VANESSA RIBEIRO DE MOURA LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado em 18 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

Fábio Mascarenhas e Silva - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Lourival Pereira Pinto – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante - Examinador(a) 2
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE)

RESUMO

Este estudo destaca a relevância do movimento feminista e sua influência na sociedade contemporânea. Explora a importância das fontes de informação como confiáveis ferramentas para a disseminação do conhecimento em geral. E, mais especificamente, sua alta capacidade de colaboração para a difusão do pensamento feminista, bem como os impactos sociais decorrentes desta ação – relacionados, sobretudo à conscientização e promoção da igualdade de gênero. O estudo destaca a necessidade de um guia informacional abrangente sobre o movimento feminista, que compreenda desde suas origens históricas até as questões atuais. A proposta do guia busca suprir a demanda por informações confiáveis, auxiliando os usuários na compreensão das diversas vertentes do feminismo e suas implicações na sociedade. A metodologia envolve a pesquisa de fontes acadêmicas, literatura especializada e legislação, a fim de garantir a precisão das informações apresentadas. A criação desse guia representa um avanço na promoção da conscientização sobre o movimento feminista, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e informada.

Palavras-chave: Feminismo; Fontes de Informação; Guia Informacional; Conscientização Social.

ABSTRACT

This study highlights the relevance of the feminist movement and its influence on contemporary society. Explores the importance of information sources as reliable tools for the dissemination of knowledge in general. And, more specifically, its high capacity for collaboration in the dissemination of feminist thought, as well as the social impacts resulting from this action – related, above all, to the awareness and promotion of gender equality. The study highlights the need for a comprehensive informational guide on the feminist movement, which covers everything from its historical origins to current issues. The guide's proposal seeks to meet the demand for reliable information, helping users understand the different aspects of feminism and their implications for society. The methodology involves researching academic sources, specialized literature and legislation, in order to guarantee the accuracy of the information presented. The creation of this guide represents a step forward in promoting awareness about the feminist movement, contributing to the construction of a more egalitarian and informed society.

Keywords: Feminism; Information Sources; Informational Guide; Social Awareness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O Que é Feminismo?	12
2.2	Breve Histórico dos Registros do Conhecimento.....	21
2.3	Fontes de Informação	22
3	METODOLOGIA.....	25
3.1	Caracterização da pesquisa	25
3.2	Procedimentos da Pesquisa.....	25
3.3	Seleção e Categorização de Fontes.....	26
3.3.1	Seleção de Fontes Primárias	26
3.3.2	Seleção de Fontes Secundárias.....	27
4	PROPOSTA DE GUIA INFORMACIONAL SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Na cultura ocidental, particularmente na Grécia, as estruturas familiares refletiam uma dominação masculina: "O senhor e o escravo, o marido e a esposa, o pai e os filhos" (ARISTÓTELES, 1991, p. 11). Essa afirmação é embasada na crença de que "Em todas as espécies, o macho é claramente superior à fêmea: a humanidade não é uma exceção" (ARISTÓTELES, 1991, p. 13). No contexto do poder na família, observa-se que, independentemente da idade da mulher, o homem detinha superioridade sobre ela. A força do homem prevalecia sobre a mulher, que era submissa a ele, sendo responsabilidade do homem prover as necessidades materiais do lar, resultando em um espaço limitado para as mulheres na esfera privada (PEDRO; GUEDES, 2010).

Embora já fosse uma realidade presente, a subjugação das mulheres atingiu seu ápice durante o período da Inquisição. Nesse contexto em que o poder político estava profundamente entrelaçado com a Igreja Católica, práticas aparentemente inofensivas, como a leitura e o uso de ervas naturais para o tratamento de doenças, eram erroneamente associadas à bruxaria, tornando as mulheres suscetíveis a punições severas, incluindo prisão, tortura e pena de morte, frequentemente aplicadas de maneira cumulativa. Essas punições resultaram na tragédia da morte de milhares de mulheres, além de instilar um profundo temor em muitas outras, que, com receio de retaliações, abandonavam suas atividades intelectuais e medicinais ou as realizavam clandestinamente.

A luta contra a injustiça perpetrada pela Igreja, marcada pela resistência aos dogmas e leis da época, foi uma batalha geralmente perdida pela maioria dessas mulheres, com a consequência frequente de perderem suas vidas de forma trágica. Esse massacre, amplamente documentado na atualidade, é vividamente ilustrado no seguinte trecho do livro "Calibã e a Bruxa":

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu

controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. (FEDERICI, p. 305, 2019)

O termo "feminismo" ganhou popularidade por volta de 1890, mas certamente houve manifestações individuais com esse viés antes dessa data. Como exemplo, o trabalho "Reivindicação dos direitos das mulheres", escrito por Mary Wollstonecraft em 1792, defendendo a autonomia feminina para evitar a dependência dos homens. Mesmo antes disso, em 1405, Christine de Pizan publicou "O Livro da Cidade das Mulheres", retratando uma cidade simbólica de figuras femininas históricas, ressaltando o papel da mulher na sociedade (MCCANN, 2019).

Outras obras significativas foram produzidas por Bathsua Makin em "Um Ensaio para Reviver a Educação Antiga das Mulheres na Nobreza" (1673) e por Margaret Cavendish, crítica da posição das mulheres na sociedade, em "Opiniões Filosóficas e Físicas" (1655). Margaret declarava que as mulheres eram "mantidas como pássaros em gaiolas". Enquanto isso, Aphra Behn, também escritora, ganhou notoriedade por ser a primeira inglesa a ter independência financeira por meio de sua escrita.

Devido à riqueza e complexidade dos eventos e conceitos relacionados ao movimento feminista ao longo dos séculos, é comum que muitas pessoas não estejam plenamente informadas sobre suas reivindicações e conquistas. A falta de acesso ao conhecimento feminista persiste, apesar da vasta quantidade de informações disponíveis na era contemporânea (hooks, 2000). Isso resulta, em parte, na persistência de uma visão distorcida da luta feminista, frequentemente interpretada como uma mera rivalidade entre gêneros.

Desde o seu surgimento, o movimento feminista tem sido alvo de campanhas difamatórias, com o propósito de afastar potenciais apoiadores e distorcer suas metas e realizações. Na atualidade, esse fenômeno é ainda mais acentuado devido à disseminação maciça de informações falsas, em grande parte veiculadas por meio das redes sociais. Esse cenário afasta cidadãos de um dos principais movimentos sociais contemporâneos, prejudicando o entendimento correto das questões de

gênero e igualdade. Assim, este estudo busca responder à seguinte pergunta: como a biblioteconomia pode contribuir para fornecer fontes seguras e confiáveis de informações sobre o movimento feminista e suas correntes ideológicas?

Dentro desse contexto, o objetivo geral deste estudo é desenvolver um guia sobre o movimento feminista, suas principais conquistas e correntes ideológicas, com a intenção de ser uma fonte de informação para os usuários. Além disso, é necessário esclarecer o conceito de fontes de informação e os principais termos e eventos do movimento feminista.

Com base nesse cenário, a motivação para esta pesquisa surge após várias investigações sobre a origem e evolução do movimento feminista. Considerou-se benéfico oferecer aos usuários uma fonte confiável sobre os principais tópicos relacionados ao movimento, tornando a criação deste guia apropriada.

Ao organizar uma estrutura lógica das vertentes do movimento e seus conceitos principais, os interessados em aprender parcial ou completamente sobre o assunto terão uma fonte autêntica para informações relevantes. Este guia servirá como fonte de informação, apontando as principais publicações relacionadas ao tema. Inicialmente, serão selecionadas obras de referência sobre o movimento feminista, bem como eventos acadêmicos, publicações periódicas, legislação referente aos direitos das mulheres na sociedade, livros e biografias que abordem os principais conceitos e a evolução histórica do movimento.

Nesse aspecto, a metodologia adotada envolve uma pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, usando "livros de referência" e bancos de dados como o Google Scholar e Portal de Periódicos da Capes, que abordam diretamente ou tangencialmente os objetivos estabelecidos. Além disso, serão consultados materiais periódicos como jornais, revistas, panfletos e diversos sites (diretamente ou indiretamente relacionados) ao longo desta pesquisa, para obter conteúdo relevante para o trabalho.

A estrutura deste trabalho será dividida em cinco seções. Após esta introdução, que contém justificativa, objetivos, problema e metodologia. O próximo passo será o referencial teórico, contextualizando os tópicos

pertinentes à temática proposta, seguido pela conclusão, que encerra a discussão apresentada aqui.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico, exploraremos três tópicos essenciais. Primeiramente, abordaremos o conceito fundamental do feminismo, delineando sua natureza e objetivos. Em seguida, examinaremos um breve histórico dos registros do conhecimento, destacando a evolução da documentação e da disseminação de informações ao longo do tempo. Por fim, investigaremos as diversas fontes de informação disponíveis, destacando sua importância no contexto da pesquisa e estudo sobre questões relacionadas ao feminismo. Juntos, esses tópicos fornecerão uma base sólida para compreender e analisar as questões abordadas neste trabalho.

2.1 O Que é Feminismo?

Cerca de duzentos anos antes do "feminismo" se tornar um conceito reconhecido, algumas mulheres destacaram-se por contestar a submissão imposta a elas pela sociedade. Uma das principais figuras que se opuseram a essa realidade social foi Mary Astell, uma importante personalidade britânica. Um de seus principais questionamentos refere-se à igualdade intelectual entre homens e mulheres. Ela afirmava que a grande diferença residia no fato de que aos homens era permitido desenvolver essa intelectualidade, enquanto para as mulheres tal possibilidade era negada.

Nascida em 1666 em Newcastle Upon Tyne, pertencente a uma família de classe média, Mary Astell nunca teve acesso à educação formal. No entanto, recebeu ensinamentos de filosofia clássica de seu tio, Ralph Astell. Após a morte de sua mãe, mudou-se para Chelsea, em Londres, onde enfrentou enormes dificuldades financeiras. Para sustentar-se como escritora, precisou do apoio financeiro de amigos para publicar suas principais obras: "A Serious Proposal to the Ladies" (1694) e "Some Reflections Upon Marriage" (1700).

Mulheres pioneiras em abordar temas que hoje são atribuídos ao movimento feminista, embora na época ele ainda não existisse, são denominadas profeministas. Suas obras têm uma importante contribuição

para o movimento e foram citadas em diversas ocasiões por nomes como Simone de Beauvoir. No entanto, alguns não concordam com o uso desse termo, pois acreditam que ele diminui a importância dessas mulheres em seu período histórico ou que propõe uma linearidade equivocada na história do movimento.

No século XVII, houve um intenso debate sobre as capacidades e o papel social das mulheres. As mudanças econômicas, sociais e políticas da época estabeleceram as bases para uma participação mais ampla e consciente das mulheres na vida política, artística e cultural. No entanto, muitas mulheres estavam excluídas da educação e de papéis significativos. Elas eram frequentemente confinadas em suas casas, não tinham permissão para conversar com estranhos e só podiam sair acompanhadas por uma mulher mais velha, geralmente para ir à igreja (GARCIA,2015). Esse período marcou uma mudança na percepção das condições vividas pelas mulheres e levou a questionamentos sobre a desigualdade de direitos que prevaleciam na sociedade.

A Igreja Católica desempenhou um papel importante na reafirmação do papel de subordinação das mulheres em relação aos homens. Era comum acreditar que as mulheres eram inferiores intelectual, cultural e socialmente. Baseado em um dos principais eventos bíblicos, a criação de Eva a partir da costela de Adão, acreditava-se que o papel fundamental da existência feminina era ser esposa e mãe. (MCCANN,2019)

Apesar da posição inferior imposta pela Igreja Católica, grupos dissidentes originados da Reforma Protestante, como os anabatistas e os quakers, acreditavam que todos os indivíduos eram iguais perante Deus. As mulheres não apenas eram aceitas nos cultos, mas também podiam liderá-los e pregar o Evangelho. Conforme apontado por Garcia (2015), os quakers estabeleceram uma colônia na Pensilvânia em 1682, adotando uma abordagem distinta do catolicismo, pois incentivaram ativamente a educação das mulheres em leitura e escrita. Essa abordagem teve como resultado uma significativa redução da taxa de analfabetismo feminino nos Estados Unidos em comparação com a Europa.

Desde o seu surgimento, o feminismo precisou enfrentar campanhas constantes de difamação, com o objetivo de criminalizar a luta feminista e

fazer com que a população acreditasse que essa manifestação fosse contrária à moral e aos bons costumes da época. Apesar dos esforços para reprimir o movimento, a situação das mulheres cultural e politicamente em diferentes países ao redor do mundo não pôde mais ser ignorada. (MACCAN, 2019) Foi com base nessa premissa que a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade emergiu.

Resumidamente, o feminismo pode ser caracterizado como a ação coletiva ou individual de mulheres que rejeitam a posição de inferioridade imposta pela sociedade patriarcal e reivindicam a posse de direitos fundamentais. Isso busca tornar sua existência igualmente justa e reconhecida perante a sociedade.

O feminismo pode ser definido como a consciência coletiva das mulheres sobre sua condição como parte do coletivo humano, sobre a opressão, dominação e exploração que sofreram e ainda sofrem por parte do coletivo masculino dentro do patriarcado em suas diferentes fases históricas. Esse movimento as impulsiona a buscar a liberdade em relação ao seu gênero e todas as transformações sociais necessárias para alcançar esse objetivo (GARCIA, 2018, p. 13).

Numa análise cronológica, o Movimento Feminista expandiu-se no Brasil e no mundo, especialmente entre os séculos XIX e XX, entre 1960 e 1990. É um movimento que constantemente se adapta às mudanças na sociedade e busca uma evolução comparável à velocidade da luz (COSTA, 2015).

Em 1970, os avanços desse movimento no mundo estavam relacionados a mudanças "novas". No Brasil, o movimento foi influenciado pelo feminismo latino-americano (COSTA, 2015).

É importante ressaltar que surgiu uma forte luta para separar a vida cotidiana da mulher como mãe e esposa de seus desejos e expectativas em relação a questões sociais, humanas, acadêmicas e trabalhistas.

O feminismo, como movimento social, é fundamentalmente moderno. Ele deriva das ideias iluministas e transformadoras da Revolução Francesa e Americana, originando-se das demandas por direitos sociais e políticos em países da Europa, Estados Unidos e se espalhando para países da América Latina (PEDRO; GUEDES, 2010).

Após um período breve de fragilidade, o feminismo ressurgiu em 1960 por meio do movimento estudantil na França, com lutas pacifistas contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, enquanto o movimento hippie internacional também ganhava força. Esses eventos trouxeram uma verdadeira revolução nos costumes políticos da época (BLAY, 2003).

No entanto, é importante destacar que o movimento feminista não se limitou apenas às perspectivas euro-americanas. Paralelamente, o movimento feminista negro também começou a emergir como uma força poderosa no cenário político e social. O surgimento do feminismo negro foi uma resposta à interseção das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, que incluíam não apenas a discriminação de gênero, mas também o racismo.

O movimento feminista predominante na época era liderado principalmente por mulheres brancas e muitas vezes não respondia adequadamente às questões sociais enfrentadas pelas mulheres negras. Essa lacuna no movimento foi reconhecida pelo feminismo negro, que desempenhou um papel crucial na promoção da justiça social para as mulheres negras.

O feminismo negro, frequentemente chamado de "womanism" nos Estados Unidos, surgiu como uma resposta à interseção das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, que incluíam não apenas a discriminação de gênero, mas também o racismo sistêmico. Diferentemente do movimento feminista dominante, o feminismo negro reconhecia a complexidade das experiências das mulheres negras e buscava abordar essas questões de forma holística (VERGES, 2020).

Figuras notáveis como bell hooks, Audre Lorde e Angela Davis desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento do feminismo negro. Elas destacaram a importância de reconhecer a interseção entre o sexismo e o racismo, promovendo uma compreensão mais completa das opressões que as mulheres negras enfrentam. Essa perspectiva enriqueceu o movimento feminista como um todo e contribuiu para uma compreensão mais abrangente das desigualdades de gênero e raciais.

Essa abordagem do feminismo começou a transcender os limites do ativismo político, à medida que o pensamento passou a buscar por ações mais liberais nas relações de poder público e privado. Essa abordagem considerava o Estado detentor de direitos e garantias, assim como as esferas doméstica, familiar e sexual da vida humana (CAVALCANTI, 2008). A luta do movimento feminista, incluindo o feminismo negro, trouxe à tona a opressão política das mulheres, experienciada de forma individualizada ao redor do mundo. O movimento representou uma mudança no pensamento político, criando novos espaços para as mulheres no domínio privado e doméstico (LEON, 2014). O feminismo negro desempenhou um papel crucial nessa evolução, ao destacar as experiências únicas das mulheres negras e enfatizar a importância de abordar o racismo em conjunto com o sexismo. Essa perspectiva enriqueceu o movimento feminista como um todo e contribuiu para uma compreensão mais abrangente das opressões de gênero e raciais.

O movimento feminista, apesar de abordar questões das mulheres na sociedade como detentoras de direitos e responsabilidades, também defendeu os interesses de gênero das mulheres, levantando debates sobre o sistema cultural e político. No Brasil, durante o século XIX, as mulheres estavam passando por uma mudança significativa na força de trabalho, ocupando cada vez mais postos na indústria, principalmente na indústria têxtil (ÁLVAREZ, 2001).

Com as influências das questões anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, as mulheres começaram a participar das lutas sindicais em busca de melhores salários e condições de trabalho, além de combaterem a discriminação e abusos decorrentes de seu gênero (COSTA, 2015).

Mais tarde, no século XX, organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais começaram a se formar em quase toda a América Latina, principalmente entre as classes populares (VALDÉS, 2000). Essas organizações autodenominadas feministas levaram os direitos das mulheres por onde passaram. Em 1906, o Congresso Internacional do Livre Pensamento (CILP), organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires (CFBA), e o Primeiro Congresso Internacional Feminista (CIF), realizado na

Argentina em 1910, surgiram como marcos importantes (MOLYNEUX, 2003).

Em 1916, outro Congresso Feminista aconteceu em Yucatán, no México, debatendo a igualdade jurídica e o direito ao voto. No Brasil, o Partido Republicano Feminista foi criado por Leolinda Daltro da Bahia, buscando mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio. A Associação Feminista, presente nas greves operárias de 1918 em São Paulo, também ganhou força (VALDÊS, 2000).

Em 1920, a luta pelo direito ao voto se espalhou, mobilizando mulheres de diferentes classes sociais. O Equador foi o primeiro país a aceitar o voto feminino em 1929, seguido pelo Brasil, Uruguai e Cuba em 1930, e Argentina e Chile após a Segunda Guerra Mundial (COSTA, 2015).

No México, Peru e Colômbia, o direito ao voto foi concedido em 1950. Com a conquista desse direito, o movimento feminista fortaleceu-se, seguindo os acontecimentos dos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 2014).

Nesse contexto, Pagu, cujo nome real era Patrícia Galvão, emerge como uma figura de grande importância para o movimento feminista no Brasil. Pagu foi uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres e desafiou as normas de sua época. Sua atuação influenciou diversas organizações femininas que seguiram as orientações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como a União Feminina, criada para atender à política de "frente popular" estabelecida pela Terceira Internacional em 1935. O Comitê de Mulheres pela Anistia, fundado em 1945, também teve um amplo poder de articulação e mobilização das mulheres (COSTA, 2011).

Na América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães e associações para buscar melhores condições de vida, incluindo acesso a escolas, hospitais, saneamento básico e creches, além de direitos à terra e segurança (JAQUETTE, 2014). A trajetória de Pagu e de outras ativistas femininas contribuiu significativamente para o avanço do movimento feminista na região, que continuou a lutar por igualdade de gênero e direitos das mulheres ao longo do século XX.

Observa-se que, em geral, o movimento tinha um caráter conservador, buscando não apenas a divisão sexual de gênero, mas

também a quebra dos estereótipos e tradições que limitavam as mulheres ao papel doméstico. Nessa época, "as mulheres aceitavam o princípio da diferença sexual, mas lutavam contra a discriminação injustificada" (MOLYNEUX, 2003, p. 79).

O golpe militar de 1964 no Brasil e os eventos similares em vários países latino-americanos durante a década de 1970 tiveram um impacto negativo nos movimentos feministas. Os movimentos foram reprimidos e silenciados, assim como os movimentos populares (MOLYNEUX, 2003).

No Brasil, durante o período das Marchas com Deus em 1964 e 1968, que defendiam a pátria e a família, o contexto político e social estava marcado por profundas transformações. Nesse cenário, Lélia Gonzalez, uma importante pesquisadora e defensora do feminismo, se destacou. Ela foi uma das primeiras intelectuais a abordar as questões de gênero e raça de forma interseccional, reconhecendo a importância de considerar as experiências das mulheres negras. Sua pesquisa e ativismo contribuíram significativamente para a promoção da igualdade de gênero e racial no Brasil.

Em 1970, no contexto latino-americano, incluindo o Brasil, as mulheres começaram a resistir à ditadura militar e a lutar por direitos humanos e igualdade. Enquanto o país enfrentava questões culturais cruciais, como mudanças comportamentais afetivas e sexuais, acesso a terapias psicológicas e discussões sobre padrões tradicionais e hierarquias de gênero (SARTI, 2018), a voz de Lélia Gonzalez desempenhou um papel fundamental na conscientização sobre as desigualdades de gênero e na promoção da justiça social no Brasil.

Álvares (1990) argumenta que esse momento foi crucial para a transição das lutas feministas e para fortalecer a resistência contra a discriminação promovida por partidos políticos dominados por homens, igrejas progressistas, um Estado patriarcal, capitalista e racista.

O feminismo europeu e norte-americano tinha características distintas, mas buscavam interesses semelhantes, visando reformas sociais que garantam os direitos das mulheres, contando com o apoio de setores populares (MOLYNEUX, 2003).

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Toronto, Canadá, e teve impacto no Brasil, onde houve encontros em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte para discutir a condição feminina na sociedade. Isso ocorreu em paralelo ao desenvolvimento do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos (COSTA, 2015).

Após esse evento, surgiram novos grupos de mulheres em todo o Brasil, bem como grupos de estudos e reflexão, organizados segundo o modelo de "grupos de conscientização" desenvolvidos no exterior (FIGUEIREDO, 2018).

Em 1975, o jornal "Brasil Mulher" foi criado em Londrina, Paraná, pelo Movimento Feminino pela Anistia, sendo publicado por ex-presas políticas. No ano seguinte, um grupo de mulheres universitárias e ex-militantes do movimento estudantil lançou o jornal "Nós Mulheres", que se identificava abertamente como feminista desde o primeiro número. Ambos se tornaram os principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro a partir de 1978, expandindo-se para abordar questões mais amplas, como os direitos dos negros e da comunidade LGBTQ+ (COSTA, 2015).

O feminismo também começou a influenciar os programas de televisão, revolucionando os programas femininos ao abordar temas anteriormente impensáveis, como sexualidade, orgasmo feminino, contracepção e violência doméstica. No Brasil, o movimento feminista dos anos 1970 teve um papel ativo em questões de opressão das mulheres na sociedade (ÁLVAREZ, 2001).

Até a década de 1980, o movimento enfocava principalmente questões de trabalho e desigualdade social, política e econômica. No entanto, à medida que o movimento avançava, também começou a incorporar demandas das mulheres em programas e políticas públicas. O Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) foi criado em São Paulo em 1983, seguido pelos Conselhos dos Direitos da Mulher (CDM) em outros estados e cidades e, posteriormente, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Esses órgãos representaram novos interlocutores na relação entre o movimento feminista e o Estado (LOBO, 2017).

A participação no CNDM, criado com a participação de feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi uma questão polêmica e causou debates acalorados no VII Encontro Nacional Feminista (ENF), realizado em 1985, em Belo Horizonte. Para muitas mulheres, a perspectiva de atuar dentro do Estado representava uma oportunidade de fortalecer a luta feminista (MOLYNEUX, 2003).

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil foi promulgada, trazendo diversos temas de interesse das mulheres ao cenário político e jurídico, alterando radicalmente o status legal das mulheres no país. A Constituição também desfez o conceito de pátrio poder, que dava aos pais poder total sobre os filhos menores (CARNEIRO, 2003).

Em 2011, em Toronto, Canadá, ocorreram as Slut Walks (Marchas das Vadias), que foram realizadas em diversos países para desafiar a ideia de que as mulheres agredidas sexualmente são responsáveis pela própria vitimização devido à forma como se vestem. No Brasil, essa manifestação recebeu o nome de Marcha das Vadias e ocorreu em resposta a declarações de um policial que culpava as vítimas de agressão sexual por sua aparência.

Em 2019, o Chile deu início a uma campanha poderosa chamada "El violador eres tú" (O estuprador é você), que se espalhou rapidamente pelo mundo como um movimento global. Essa campanha tem como objetivo denunciar a violência sexual, especialmente a violência policial e o estupro, e responsabilizar os agressores. A coreografia e o hino da campanha se tornaram símbolos fortes de resistência e solidariedade.

As redes sociais desempenharam um papel fundamental na disseminação dessas iniciativas e no fortalecimento do ativismo das mulheres. Elas se tornaram uma plataforma importante para a militância das mulheres, permitindo a comunicação, a defesa dos direitos e a busca pela igualdade de gênero (GALETTI, 2014). Por meio das redes sociais, as vozes das mulheres ganharam alcance global, inspirando movimentos semelhantes em diferentes partes do mundo e promovendo um diálogo sobre questões de gênero e igualdade.

O feminismo evoluiu ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças na sociedade e abordando uma ampla gama de questões, desde

desigualdades políticas e econômicas até questões de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. A teoria feminista desenvolveu conceitos-chave, como androcentrismo, patriarcado, sexismo e gênero, para analisar e combater as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade entre os gêneros. Esse movimento tem desempenhado um papel fundamental na transformação das normas sociais e políticas, buscando um mundo mais igualitário para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

2.2 Breve Histórico dos Registros do Conhecimento

A evolução da humanidade foi marcada pelo surgimento da escrita e, posteriormente em meados do século XV, pelo aperfeiçoamento da imprensa por Gutenberg. Desde os primórdios, indivíduos sentiram a necessidade iminente de compartilhar informações e gerar novos conhecimentos. Ao longo do tempo, a humanidade desenvolveu estratégias e mecanismos para transmitir e comunicar informações e conhecimentos por eles produzidos. A história dos registros de informação e conhecimento testemunhou eventos surpreendentes, como a criação de papiro, pergaminho, imprensa, entre outros.

Com o advento da imprensa, a história registrada passou por uma revolução. Até então, a maioria dos textos era produzida de forma manuscrita. Johannes Gutenberg introduziu um dispositivo técnico capaz de reproduzir palavras, frases, textos e até livros inteiros por meio de caracteres móveis. Isso ocorreu no século XV, especificamente na década de 1430.

A partir desse momento, o acesso da população a livros e escritos tornou-se mais viável. Com a invenção de Gutenberg, a disseminação de livros, como a Bíblia – o primeiro livro completo impresso por meio dessa técnica –, intensificou-se devido à facilidade de reprodução. A transcrição palavra por palavra não era mais necessária; moldes das letras permitiam imprimir quantas cópias o volume de tinta suportasse.

Em 1559, a Igreja Católica reagiu à imprensa de Gutenberg, resultando na criação pelo Concílio de Trento do *Index Librorum Prohibitorum*, um catálogo de livros proibidos pela Igreja. Esse documento

reflete a importância que os livros já tinham na sociedade da época. O catálogo, de acordo com Spalding (2011), foi "a primeira ocorrência sistemática e alfabética de nomes de autores e livros".

Assim, é correto afirmar que o advento da imprensa foi tão inovador e revolucionário quanto a invenção do computador. Essa inovação foi crucial para a história dos registros de conhecimento e informação, também sendo uma evolução dos suportes de registro do conhecimento. Ao contrário da cultura oral, facilmente perdida e distorcida ao longo das gerações, a história registrada é duradoura. A tipografia não apenas alterou a forma de registrar conhecimento, mas também direcionou os rumos da história das comunicações, causando mudanças sociais e culturais.

2.3 Fontes de Informação

O conceito de fonte de informação é abrangente e abarca uma variedade de materiais que, quando examinados, contribuem para a aquisição de conhecimento e integram uma compilação bibliográfica (CUNHA, 2001). Oliveira e Ferreira (2009, p. 70) definem fontes de informação como: "(...) documentos, pessoas ou instituições que fornecem informações pertinentes a uma determinada área, fatores essenciais para a produção de conhecimento". É importante ressaltar que as fontes de informação englobam toda e qualquer informação registrada, independentemente do suporte utilizado, incluindo pinturas rupestres datadas de 40.000 a.C.

Essas fontes de informação podem ser categorizadas em três tipos principais: primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias consistem em documentos que constituem a base para análises subsequentes, permitindo uma investigação mais profunda e a criação de novos insights (BUENO, 2009). Elas contêm informações originais e não processadas, proporcionando um olhar direto sobre os eventos ou fenômenos em questão.

Por outro lado, as fontes secundárias são obras nas quais as informações já foram processadas e organizadas, apresentando uma interpretação e análise das fontes primárias. Esses documentos seguem

padrões rigorosos e fornecem uma perspectiva consolidada sobre o assunto.

As fontes terciárias, por sua vez, desempenham o papel de guiar os usuários em direção às fontes primárias e secundárias. Elas são documentos indicativos que auxiliam pesquisadores na localização de dados relevantes e na navegação pelo vasto campo da informação (CUNHA, 2001).

Na prática educacional, a capacidade de localizar e utilizar fontes de informação é um diferencial de qualidade. A utilização de várias fontes de pesquisa permite obter informações cruciais para formular ideias e desenvolver autonomia na busca de conhecimento (FAQUETTI; VANIN; BLATTMANN, 2005).

As pessoas são mais capazes de selecionar informações relevantes de acordo com suas necessidades quando exploram as diversas fontes de informação da biblioteca e os recursos oferecidos. Assim, elas adquirem experiência no uso de diferentes arranjos de fontes de informação e habilidades em fontes especializadas (KULTHAU, 2004).

Dentre as fontes de informação utilizadas, destacam-se: literatura, obras de referência, periódicos, recursos multimídia, acervo técnico e Internet. Hillesheim e Fachin (2000) também adicionam gibis, folhetos, gravuras e jogos educativos. Essas fontes compõem o acervo da biblioteca.

O conceito de fontes de informação evoluiu e se aprimorou com o tempo, especialmente com o advento da era digital e da web 4.0. Hoje, exemplos incluem o armazenamento em nuvem, bases de dados e links de páginas da web.

No que diz respeito ao armazenamento e coleta dessas fontes, o papel do bibliotecário é essencial para disseminar recursos informacionais e ajudar os usuários a usar essas fontes de maneira eficaz, eficiente e responsável. Vale ressaltar que, com o avanço tecnológico, a atuação do profissional da informação é cada vez mais crucial para atender adequadamente às necessidades informacionais do usuário.

Dessa forma, recursos informacionais ou fontes de informação são importantes para o ensino; o uso regular, adequado e apropriado é um requisito fundamental para o sucesso do processo de aprendizagem.

Considerando que a educação é a base da aquisição de conhecimento em diferentes níveis, busca-se oferecer qualidade educacional e requer fontes diversificadas de informação. Organizações buscam constantemente o desenvolvimento do conhecimento, o progresso tecnológico, a inovação e a criatividade (BUENO, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Em relação à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que buscou explorar o problema, descrever os resultados encontrados e, por fim, qualificá-lo. De acordo com Gil (2019), este tipo de pesquisa não quantifica o problema, apenas o qualifica para extrair os resultados desejados.

No que se refere aos fins, a pesquisa pode ser classificada como aplicada e intervencionista, uma vez que, em resposta ao problema, concentrou-se na criação de um produto (guia) que pode ser aplicado como mecanismo de resolução ao problema, intervindo assim em prol de melhorias. De acordo com Vergara (2016), a pesquisa aplicada e intervencionista vai além, pois produz um produto ou mecanismo que pode contribuir para melhorias diante do problema identificado.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, uma vez que apresentou um referencial teórico com resultados extraídos de bases teóricas pertinentes para fundamentar e sustentar a temática em questão, além de propor uma resolução ao problema enfrentado, por meio da elaboração e apresentação de um Guia Informacional sobre o Movimento Feminista (VERGARA, 2016).

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Inicialmente, o procedimento adotado foi o bibliográfico, realizando um levantamento de elementos teóricos para embasar e sustentar os objetivos da pesquisa. Posteriormente, adotou-se o procedimento de pesquisa-ação, que, após analisar os resultados teóricos encontrados, buscou desenvolver um produto que pudesse ser aplicado para intervir perante o problema, resultando assim em ações estratégicas.

3.3 Seleção e Categorização de Fontes

Neste tópico, abordamos de forma minuciosa o processo de seleção e organização das fontes que compõem o guia informacional dedicado ao estudo do movimento feminista.

3.3.1 Seleção de Fontes Primárias

Primeiramente, descrevemos o processo de seleção das fontes primárias, que incluem congressos, periódicos acadêmicos e legislação relacionada aos direitos das mulheres. Os critérios adotados para a seleção dessas fontes primárias foram baseados em:

- **Atualidade:** Fontes primárias foram escolhidas com base em sua relevância temporal, dando prioridade a informações recentes e atualizadas que refletem o estado atual do movimento feminista.
- **Abrangência Geográfica:** Consideramos a abrangência geográfica das fontes, garantindo a inclusão de perspectivas globais e locais para abordar questões relacionadas ao feminismo.
- **Representatividade:** Fontes foram selecionadas com base em sua representatividade no contexto do movimento feminista, priorizando eventos e legislação que tiveram impacto significativo.
- **Relevância Acadêmica:** Priorizamos fontes primárias que apresentam conteúdo acadêmico sólido e que contribuem para uma compreensão aprofundada do movimento feminista.

Mais especificamente, foram adotados os seguintes requisitos:

a) Periódicos

Os periódicos científicos foram cuidadosamente escolhidos seguindo uma série de critérios específicos. Consideramos, em primeiro

lugar, a janela temporal das publicações, que abrangeu o período de 2020 até o presente, garantindo que os artigos selecionados estejam atualizados. Além disso, priorizamos periódicos que seguem um rigoroso processo de avaliação por pares, assegurando a qualidade e credibilidade das pesquisas. Adicionalmente, demos preferência a periódicos com afiliação a universidades, tanto brasileiras quanto estrangeiras, para garantir uma perspectiva ampla e diversificada. É importante destacar que, embora algumas dessas publicações se identifiquem como "revistas," elas se distinguem das revistas mencionadas na seção de fontes secundárias, pois estas últimas têm um enfoque mais direcionado ao público em geral, ao contrário das revistas acadêmicas.

Dentro dessa estrutura, identificamos três periódicos nacionais e três internacionais que se alinhavam perfeitamente com os objetivos do guia, enriquecendo o seu conteúdo.

b) Leis

As legislações foram obtidas de fontes oficiais e legais, como o Portal Planalto. Para selecionar as leis a serem incluídas, priorizamos aquelas relacionadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

c) Eventos científicos

No que diz respeito aos eventos científicos, buscamos informações nos sites das instituições realizadoras. Utilizamos critérios de seleção que englobaram a realização contínua desses eventos por, pelo menos, cinco anos consecutivos, além da relevância temática relacionada ao tema central de nossa pesquisa.

3.3.2 Seleção de Fontes Secundárias

Em seguida, detalhamos o processo de seleção das fontes secundárias, englobando livros, revistas e blogs que abordam diversos aspectos do movimento feminista. A seleção dessas fontes secundárias se baseou em critérios como:

- Acesso Aberto: Selecionamos para este guia publicações que disponibilizam a maioria de seus conteúdos de forma gratuita e acessível.
- Credibilidade do Autor: As fontes foram escolhidas com base na credibilidade dos autores, considerando suas qualificações e experiência no campo do feminismo.
- Diversidade de Perspectivas: Valorizamos a inclusão de fontes secundárias que representam uma variedade de perspectivas e abordagens dentro do movimento feminista, garantindo uma visão completa.
- Acessibilidade Online: Priorizamos revistas que podem ser facilmente acessadas pela internet, tornando a leitura mais conveniente para os leitores.

Mais especificamente foram adotados os seguintes requisitos:

a) Livro

No que diz respeito aos livros selecionados para embasar a pesquisa, nossa escolha levou em conta autores clássicos e contemporâneos que exploram temas relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa. Utilizamos critérios de seleção baseados na relevância tanto temática quanto histórica.

b) Revistas

As revistas foram escolhidas seguindo critérios semelhantes, com foco na abrangência da publicação. Priorizamos aquelas que oferecem acesso aberto, tornando seu conteúdo acessível a um público mais amplo. Mesmo as revistas que requerem assinatura foram consideradas, pois muitas delas disponibilizam gratuitamente uma parte dos artigos publicados.

c) Blogs

Por fim, os blogs foram escolhidos com base na pertinência dos temas abordados para o objeto de estudo desta pesquisa, bem como na

data das postagens, priorizando aquelas publicadas a partir do ano de 2021.

4 PROPOSTA DE GUIA INFORMACIONAL SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA

Com base nas informações apresentadas, e considerando a carência informacional sobre o Movimento Feminista, é proposta a criação de um guia informativo utilizando o modelo desenvolvido por Murilo Bastos da Cunha em seu livro "Para Saber Mais: Fontes de Informação em Ciência e Tecnologia" (2016), baseado na tipologia proposta por Grogan (citado anteriormente neste trabalho). O guia proposto tem como objetivo fornecer uma gama abrangente de fontes para auxiliar os interessados em explorar e compreender o Movimento Feminista em suas diversas dimensões.

Para isso, serão indicadas no mínimo cinco fontes para as categorias selecionadas, abrangendo o progresso do movimento desde seu surgimento até os dias atuais. Isso visa proporcionar ao usuário uma base sólida de aprendizado para atender às suas necessidades informacionais sobre o tema.

Figura 1: Tipos de Fonte



Fonte: a autora

1. Fontes Primárias

a) Congressos

- Congresso Mundos de Mulheres: Evento internacional e interdisciplinar que reúne mulheres de diferentes áreas da academia e ativismo de todo o mundo. Seu objetivo é proporcionar um espaço de debate amplo para reflexões e diálogos sobre ações e experiências, além de reestruturar paradigmas a partir de diferentes perspectivas. O Congresso foi realizado pela primeira vez na Universidade de Haifa, em Israel, em 1981, e tem sido realizado em várias partes do mundo, incluindo o continente africano. URL: <https://mm2022.uem.mz/14o-congresso-mundos-de-mulheres/>
- Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR): Criada em 1992, essa rede tem como objetivo reunir, articular e desenvolver estudos sobre mulheres e relações de gênero nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Composta por Núcleos e Grupos de Estudos vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa, a rede visa fomentar a produção científica e intercâmbio de informações entre os membros. Desde sua criação, foram realizados 20 encontros da rede em diferentes instituições. URL: <https://redor30anos.wixsite.com/redor>
- Encontro Nacional de Estudos de Gênero: O ENEG é um evento brasileiro dedicado exclusivamente aos estudos feministas e de gênero. Ele reúne pesquisadores, ativistas e interessados no assunto para discutir teorias, práticas e políticas relacionadas ao feminismo. URL: <https://www.engteg.anpuh.org/anais/divisao/anais>
- Congresso Internacional do CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade de Lisboa): Este congresso reúne pesquisadores, estudiosos, ativistas e interessados no campo dos estudos de gênero para

compartilhar pesquisas, descobertas e experiências, além de discutir temas atuais relacionados à igualdade de gênero, direitos das mulheres e diversidade sexual. O evento promove o diálogo interdisciplinar e a disseminação de conhecimento em uma variedade de tópicos dentro desse campo. URL: <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/actividades-do-cieg/3-congresso-internacional>

b) Legislação (Brasil)

- Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Criada em 2006 com o objetivo de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que sofreu tentativas de homicídio por parte de seu marido, ficando paraplégica em decorrência dos ataques. A criação da lei ocorreu em um contexto de crescente mobilização do movimento feminista e de organizações de direitos das mulheres no Brasil. Tal contexto, reflete a necessidade de abordar de maneira mais eficaz a violência de gênero, que historicamente era minimizada ou negligenciada pelo sistema legal e pela sociedade em geral. A Lei Maria da Penha estabeleceu medidas de proteção às vítimas, criou mecanismos para prevenir a violência, e endureceu as penalidades para agressores. URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm
- Lei da Mamografia (Lei nº 11.664/2008): Garante ações de saúde relativas à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres do colo uterino e de mama em todo o território nacional. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11664.htm
- Lei de Alimentos Gravídicos (Lei nº 11.804/2008): Estabelece a obrigação do futuro pai de custear despesas adicionais do período de gravidez, incluindo alimentação especial,

assistência médica e psicológica, entre outras. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm

- Lei nº 11.942 (2009): A Lei nº 11.942, de 2009, modificou a Lei de Execução Penal para garantir assistência médica à mulher presa durante o pré-natal e pós-parto, incluindo cuidados com o recém-nascido. Além disso, determinou a criação de berçários em estabelecimentos penais femininos, permitindo que as condenadas cuidem de seus filhos até seis meses de idade. Também estabeleceu a obrigação de penitenciárias femininas possuírem seção para gestantes e parturientes, bem como creche para crianças com idades entre seis meses e sete anos, com pessoal qualificado e horários adequados. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm
- Lei nº 12.227 (2010): A Lei institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), que coleta e apresenta informações socioeconômicas relacionadas à população feminina no Brasil. Esses dados incluem emprego formal, participação no mercado de trabalho, renda, violência, saúde, educação e outros indicadores relevantes. A lei estabelece que essas informações devem ser publicadas anualmente. A coleta de dados é realizada por várias instituições, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e vários ministérios, para embasar políticas públicas relacionadas às mulheres. A lei visa melhorar a compreensão das condições das mulheres no Brasil e informar as decisões governamentais para promover a igualdade de gênero. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12227.htm

c) Periódicos

- Cadernos PAGU: Publicação interdisciplinar que aceita artigos de diversas áreas do conhecimento, promovendo o diálogo entre gênero e outras diferenças. Seu objetivo é fortalecer os estudos de gênero no Brasil, disseminar conhecimento inovador e facilitar debates teóricos relevantes, contribuindo para a expansão desse campo de estudo. Além disso, o Caderno PAGU é uma plataforma acadêmica que não apenas dissemina conhecimento sobre questões de gênero e suas interseções com outras dimensões de diferença, mas também promove a reflexão crítica e o diálogo interdisciplinar, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil e além. URL: <https://www.scielo.br/j/cpa/>
- Revista de Estudos Feministas: Criada em 1992, a revista divulga textos originais em português, inglês e espanhol sobre gênero, feminismos e sexualidades, sendo interdisciplinar em suas metodologias e abordagens. URL: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>
- Revista Feminismos: Esta revista visa divulgar estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos, contribuindo para o debate científico e produção de conhecimento na área. URL: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos>
- Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades: Publicado online desde 2004, este periódico interdisciplinar aborda fenômenos sociológicos, culturais, análises históricas, literárias, psicológicas e estudos interseccionais sobre gênero, feminismos e sexualidades. URL: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis>
- Gender and Society: Um dos principais periódicos acadêmicos dedicados a questões de gênero e à análise das relações entre gênero e sociedade. Publica pesquisas empíricas e teóricas sobre uma ampla variedade de tópicos

relacionados ao feminismo e estudos de gênero. URL: <https://journals.sagepub.com/home/gas>

- Feminist Theory: Este periódico se concentra especificamente em teorias feministas e oferece um fórum para a discussão de questões teóricas dentro do campo dos estudos de gênero. Ele abrange uma gama de abordagens teóricas feministas e suas aplicações em diversas disciplinas. URL: <https://journals.sagepub.com/home/fty>
- Women's Studies International Forum: Periódico interdisciplinar que publica pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos em uma variedade de contextos culturais e geográficos. Conhecido por sua diversidade de tópicos, incluindo estudos sobre políticas de gênero, movimentos feministas, e identidades de gênero. URL: <https://www.sciencedirect.com/journal/womens-studies-international-forum>

2. Fontes Secundárias

a) Livros

- Reivindicação dos Direitos da Mulher - Mary Wollstonecraft. Publicado em 1792, é considerado um dos primeiros textos importantes do movimento feminista, onde a autora defende que as mulheres devem ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens, incluindo acesso à educação e participação na vida pública. Ela critica a sociedade patriarcal de sua época e a falta de educação adequada para as mulheres, argumentando que isso as torna seres dependentes e submissos. Seu trabalho teve um impacto significativo no desenvolvimento do feminismo e continua a ser uma obra influente na luta pelos direitos das mulheres. Sinopse baseada em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf

- O Segundo Sexo - Simone de Beauvoir. Publicado em 1949, o livro é um pilar do pensamento feminista e da filosofia existencialista. Nele, Beauvoir explora a condição das mulheres na sociedade e a construção social do feminino. Ela argumenta que as mulheres historicamente foram percebidas como "o outro" em relação aos homens, o que as relegou a uma posição de subordinação e inferioridade. Beauvoir analisa como as estruturas sociais, culturais e históricas contribuem para a opressão das mulheres e como a liberdade feminina é limitada por essas estruturas. O livro é uma crítica à opressão de gênero e um chamado à emancipação das mulheres, exercendo grande influência no movimento feminista do século XX e além. Sinopse baseada em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959829/mod_resource/content/1/Beauvoir.O_segundo_sexo-DIFEL.pdf
- Um teto todo seu – Virgínia Woolf. Publicado em 1929, neste livro, Woolf explora a condição das mulheres na sociedade e na literatura, argumentando que a ausência de independência financeira e espaço próprio restringiu as oportunidades femininas ao longo da história. Ela ressalta a exclusão das mulheres na produção literária devido à carência de recursos e reconhecimento. Woolf destaca a importância de as mulheres terem autonomia financeira e espaço para escrever, a fim de criar obras de relevância. "Um Teto Todo Seu" é uma obra fundamental no feminismo e na literatura, questionando as restrições impostas às mulheres e promovendo igualdade de oportunidades criativas e intelectuais. Sinopse baseada em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4671119/mod_resource/content/0/Um%20Teto%20Todo%20Seu%20-%20Virginia%20Woolf.pdf
- A mística feminina - Betty Friedan. Publicado em 1963, nesta obra, Friedan explora a insatisfação das mulheres americanas dos anos 1950 e 1960 com seus papéis

tradicionais na sociedade como donas de casa e mães. Ela idealizou o termo "a mística feminina" para descrever a ideia culturalmente disseminada de que a realização feminina estava ligada unicamente ao casamento e à maternidade. Ela argumenta que as mulheres foram pressionadas a buscar a felicidade e a realização exclusivamente por meio desses papéis, ignorando seus próprios desejos e ambições individuais. "A Mística Feminina" teve um papel fundamental no movimento feminista moderno, encorajando as mulheres a questionar as expectativas tradicionais e a buscar uma vida mais significativa e independente. Sinopse baseada em: https://trechos.org/wp-content/uploads/2020/12/A-mistica-feminina-Betty-Friedan-www.trechos.org_.pdf

- Por um Feminismo Afro Latino Americano – Lélia González. Publicado originalmente em 1988, é uma obra fundamental que explora as complexas interações entre questões de gênero e raça na América Latina. Neste livro, a autora, examina a necessidade de incorporar a perspectiva das mulheres negras nas discussões feministas, destacando a importância de reconhecer e enfrentar tanto a discriminação racial quanto a de gênero. A obra continua relevante ao oferecer uma análise profunda das experiências das mulheres negras na região, contribuindo significativamente para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que afetam essa população. Sinopse baseada em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>
- Mulheres, raças e classe - Angela Davis. Publicado em 1981, a autora examina as interseções entre gênero, raça e classe social na luta por igualdade e justiça. Davis destaca como as mulheres negras têm sido historicamente marginalizadas e oprimidas, enfrentando não apenas o sexismo, mas também o racismo e a exploração econômica. Ela argumenta que as

lutas feministas não podem ser separadas das lutas contra o racismo e a desigualdade social, pois essas opressões estão intrinsecamente ligadas. O livro oferece uma análise profunda das dinâmicas de poder e desigualdade e continua a ser uma obra influente no estudo das questões de gênero, raça e classe. Sinopse baseada em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%2e%20classe.pdf

- O Mito da Beleza – Naomi Wolf. Publicado em 1990, a autora examina a indústria da beleza e a pressão social imposta às mulheres para que atinjam padrões de beleza inatingíveis. Wolf argumenta que a busca pela perfeição física é opressiva e prejudicial à autoestima e à liberdade das mulheres. Ela destaca como essa obsessão com a aparência pode ser usada como uma forma de controle social e explora como a mídia, a publicidade e a indústria da moda contribuem para perpetuar esse mito da beleza. O livro instiga a questionar as normas de beleza impostas pela sociedade e promove uma reflexão sobre a importância de se valorizar a individualidade e a autoaceitação. Sinopse baseada em: https://trechos.org/wp-content/uploads/2020/09/O-mito-da-beleza-www.trechos.org_.pdf
- O Feminismo é para Todo Mundo - Bell Hooks. Publicada em 2000, a autora oferece uma introdução ao feminismo, explicando de forma clara e envolvente suas ideias e objetivos. Bell hooks argumenta que o feminismo é relevante e benéfico para todas as pessoas, independentemente de sua raça, classe social ou origem. Ela ressalta a importância de entender as interseções de gênero, raça e classe na busca pela igualdade. O livro convoca à inclusão de todas as pessoas no movimento feminista e enfatiza que o feminismo é uma ferramenta poderosa na busca por um mundo mais igualitário. Sinopse baseada em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_tod_o_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf

b) Blogs

- Blogueiras Negras: Espaço que destaca as vozes e experiências de mulheres negras no feminismo. Link: <https://blogueirasnegras.org/>
- AzMina: Blog que aborda questões relacionadas aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e feminismo, com um foco especial em histórias e experiências de mulheres brasileiras. Link: <https://azmina.com.br/>
- Blogueiras Feministas: Plataforma que reúne uma variedade de vozes feministas, com artigos sobre uma ampla gama de questões relacionadas ao feminismo e igualdade de gênero. Link: <https://blogueirasfeministas.com/>

c) Revistas

- Bust Magazine: Revista feminina independente que combina cultura pop, política e feminismo. Ela costuma destacar mulheres inspiradoras e tópicos relevantes para o movimento feminista. Link: <https://bust.com/>
- Ms. Magazine: Revista feminista de longa data que cobre uma variedade de questões relacionadas ao feminismo, incluindo direitos das mulheres, igualdade de gênero, política e cultura. Link: <https://msmagazine.com/>
- Bitch Magazine: Revista feminista que examina a cultura popular, a mídia e a política através de uma lente feminista. Aborda questões contemporâneas importantes para as mulheres. Link: <https://www.bitchmedia.org/bmart/back-issues>
- Feminist Review: Revista acadêmica que publica artigos e análises sobre teoria feminista, estudos de gênero e questões

relacionadas ao feminismo.

Link:

<https://journals.sagepub.com/home/fer>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância e o impacto que o desenvolvimento deste guia informativo sobre o movimento feminista possui para a área da biblioteconomia e para a promoção do acesso à informação de alta qualidade. Ao compilar e organizar de maneira abrangente e confiável informações sobre o movimento feminista, este guia não somente oferece um recurso valioso para os frequentadores de bibliotecas, mas também destaca o papel crucial das instituições de informação na disseminação de conhecimento socialmente relevante.

O movimento feminista desempenha um papel fundamental em nossa sociedade, sendo essencial compreendê-lo para construir uma comunidade informada, consciente e engajada. O guia adota uma abordagem inclusiva, englobando desde os antecedentes históricos até as questões contemporâneas, abarcando eventos acadêmicos e legislação voltados para promover a equidade de gênero e corrigir as desigualdades que as mulheres têm enfrentado ao longo do tempo. Isso oferece aos usuários uma visão completa e atualizada. Nesse contexto, as instituições de informação, comprometidas com o acesso à informação e a promoção do pensamento crítico, encontram no guia uma ferramenta valiosa para auxiliar os usuários em suas pesquisas e reflexões.

Além de disponibilizar informações, o guia informativo pode também servir como um catalisador para discussões e atividades dentro das instituições de informação. Ele pode ser utilizado como ponto de partida para debates, grupos de leitura, workshops e outras iniciativas que incentivem a compreensão das questões de gênero e a promoção da igualdade. Ao adotarem esse recurso, as instituições de informação reforçam seu compromisso em serem espaços inclusivos, que reconhecem a importância da diversidade de perspectivas e experiências.

A contribuição deste guia para a biblioteconomia reside na demonstração do poder da informação organizada e acessível. Ele reforça a capacidade das bibliotecas e instituições de informação em atuarem como agentes de mudança social, fornecendo recursos que auxiliam na construção de uma sociedade mais consciente, igualitária e justa. Além

disso, o desenvolvimento do guia também destaca a importância de abordar questões sociais relevantes e sensíveis por meio dos serviços de biblioteca, promovendo a consciência social e o engajamento cívico.

Refletindo os avanços tecnológicos, o guia também pode ser adaptado para formatos digitais, ampliando ainda mais seu alcance e utilidade. Ao fazer isso, as instituições de informação podem acompanhar as tendências atuais de acesso à informação e atender às demandas de um público diversificado e cada vez mais conectado digitalmente.

Em conclusão, o guia informativo sobre o movimento feminista se destaca como uma valiosa contribuição para a biblioteconomia ao oferecer um recurso enriquecedor que educa, inspira e estimula ações concretas. Como resultado, as bibliotecas que adotam e promovem esse tipo de iniciativa não apenas reforçam sua relevância na sociedade, mas também cumprem seu papel como agentes de transformação, promovendo a conscientização e a igualdade de gênero por meio da disseminação de informações confiáveis e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.L.P. de. **Direito do Trabalho**: material, legislação especial e processual. 3ª ed. revista. São Paulo: Rideel, 2015.

ÁLVAREZ, S. *Engendering democracy in Brasil: women's movements in transición politics*. Pinceton: Princeton University Press. 2001.

ARAUJO, N. C.; FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23206>. Acesso em: 13 out. 2020.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes.1991. 1ª. Edição.

BASTOS, Ricardo Melo. A implantação de sistemas MRP de gestão da produção e de materiais nas grandes empresas industriais do Brasil. **Revista de Administração**, v. 24, n. 1, p. 11-22, 1989.

Bases de dados. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/prof/sueli/cbd201/bases.htm>. Acesso em 07 out. 2019.

BERNHEIM, C.T.; CHAUÍ, M.S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <
<http://www.efdeportes.com/efd138/portador-de-deficiencia-visual-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 10 set. 2018

BITCH MAGAZINE. [S. I.]: Bitch Media, 2017-2022. Disponível em: <https://www.bitchmedia.org/bmart/back-issues>. Acesso em: 5 set. 2023.

BLAY, E.A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Scielo Public Health**. São Paulo, V.17 n.49. p.15, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 09 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 09 set. 2021.

BUENO, S.B. Utilização de recursos informacionais na educação. Revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.14 , n.1, p. 15, 2009.

BUST MAGAZINE. [S. l.]: Bust, 1993-2023. Disponível em: <https://bust.com/>. Acesso em: 5 set. 2023.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n.1, p.49, 2003.

CAVALCANTI, E. **“A Queima dos Sutiãs”- a fogueira que não aconteceu**. 2008. Disponível em: <http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/aqueima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu>. Acesso em 10 set. 2021.

CENDON, Beatriz Valadares et al. Uso dos periódicos do Portal CAPES pelos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Odontologia de Araraquara-UNESP-no período de 2000 a 2005. **Transinformação**, v. 21, n. 2, p. 133-149, 2005.

CIFUENTES, R.L. **Relações entre a igreja e o estado**: A igreja e o estado à luz do Vaticano II, do código de direito canônico de 1983 e da constituição brasileira de 1988. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

COSTA, A.A.A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Mundo**, v.1, n.1, p. 20, 2015.

COSTA, A.A.P. **Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 2011.

COSTA, Maira Murrieta; CUNHA, Murilo Bastos da. O bibliotecário no tratamento de dados oriundos da e-science: considerações iniciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 189-206, 2014.

CUNHA, M. B. Bases de dados no brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, 1989. DOI: 10.18225/ci.inf..v18i1.322 Acesso em: 30 set. 2019.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. 1. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

FAQUETI, M. F.; VANIN, M.; BLATTMANN, U. Apresentação de trabalhos escolares: a biblioteca no processo de aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., **Anais...**2005, Curitiba, 2005.

FEMINIST REVIEW. [S. l.]: Sage Publications, Ltd., 1970-2019. ISSN 01417789. Disponível em: <https://www.jstor.org/journal/feministreview>. Acesso em: 5 set. 2023.

FERREIRA, Karine Araújo. Postponement: uma análise baseada na perspectiva histórica da literatura. **REBRAE**, v. 5, n. 2, p. 165-178, 2000.

FERREIRA, R.M. *et al.* Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. **Revista Caderno e saúde coletiva**, v. 21, n. 2, p. 20, 2016.

FERREIRA, R.V.L. “O sofrimento vivenciado no espaço universitário: o assédio moral e seus efeitos na vida do estudante”. In: ALAS - Crise e emergência Social na América Latina. *In*, XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia – ALAS...**Anais**... Chile: Universidade do Chile, 2013. v. 1. p. 1-1.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto *et al.* FUTURA: uma base de dados sobre a biblioteca do futuro. **Ciência da Informação**, v. 26, p. 218-220, 1997.

FIGUEIREDO, M. A evolução do feminismo no Brasil. In: O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas y perspectivas....**Anais**... NEIM/UFBa, Salvador, 2018.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Revista Psicologia e Sociologia**., Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314,2012.

FONTOURA, N.O.; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? **Revista mercado de trabalho**, v.1, n.41, p. 6. 2009

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro Record 2001. Apud Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 6: Direito de Família- 7 ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

GARCÍA-PÉREZ, Rafael *et al.* El patriarcado no es transparente: competencias del profesorado para reconocer desigualdad. **Cultura y Educación**, v. 23, n. 3, p. 385-397, 2011.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Claridade, 2018.

GALETTI, C. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. ***Accelerating the world's research***, v.1, n.1, p. 16, 2014.

GOMES, R.M. Mulheres vítimas de violência doméstica e transtorno de estresse pós-traumático: um enfoque cognitivo comportamental. **Revista de Psicologia da IMED**, vol.4, n.2, p. 672-680, 2012.

HILLESHEIM, A.A.S.; FACHIN, G.R.B. Biblioteca escolar: relato de experiência School library: experience report p. 90-103. **Revista ACB**, v. 5, n. 5, p. 90-103, 2000.

hooks, bell. E eu não sou uma mulher. Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luzia Libânio. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0, Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Editora Objetiva Ltda. dez. 2001. 1 CD-ROM. Janeiro: Record, 2001.

HUNTER, G. *Qualitative Interviewing: The Long Interview Technique and Laddering. European Conference on Research Methodology for Business and Management Studies Proceedings, Reading, United Kingdom, Apr. 2003.*

JAQUETTE, J. S. *Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 2014.*

JAVAHERIAN-DYSINGER, W. *et al.* Necessidades ocupacionais e objetivos dos sobreviventes de Violência doméstica. ***Occupational Therapy In Health Care***, v.30, n. 2, p. 175–186, 2016.

JUNIOR, A.P; *et al.* LIDERANÇA: evolução das suas principais abordagens teóricas. In. Congressos Nacional Excelência em Gestão – CNEG...**Anais...**Rio de Janeiro, 2014.

KOTTER, J. P. **Afinal, o que fazem os líderes**: a Nova Face do Poder e da Estratégia. Tradução de Leading Change. São Paulo: Campus, 2000.

KUHLTHAU, C. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOBO, E.S. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2017.

LEON, M. *Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 2014.*

LEMONS, E.R.; CERQUEIRA, J.B. Um olhar sobre a cegueira. 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91269/moura_jfb_me_mar.pdf.txt;jsessionid=68C3C5206317EBE76F53F7D10807EB0A?sequence=2>. Acesso em: 8 set. 2018.

MCCANN, Hannah (org.). O LIVRO DO FEMINISMO. 1. ed. [S. I.]: Editora Globo, 2019. 352 p. ISBN 978-8525066886.

MARTIN, C.T. *et al.* Percepções de auto-estima em um Programa de Bem-Estar - Para - Bem-Estar - Para - Trabalhar. **Public Health Nursing**, v. 29, n. 1, p. 19–26, 2011.

MOLYNEUX, M. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia. 2003.

MOREIRA, L.C.Z. **Mulher líder na contemporaneidade**: um estudo das mulheres bancárias de Santa Rosa/RS. 2015.f.109. (Trabalho de Conclusão de Administração), Santa Rosa, RS. 2015.

MS. MAGAZINE. [S. l.]: Feminist Majority Foundation, 1970-2023. Disponível em: <https://msmagazine.com/>. Acesso em: 5 set. 2023.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; CAMPELLO, Bernadete Santos; DIAS, Eduardo José Wense. Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. 1996.

OLIVEIRA, Ely Francina T.; FERREIRA, Karen Eloise. Fontes de informação on line em arquivologia: uma avaliação métrica. **BIBLOS**, v. 23, n. 2, p. 69-76, 2009.

PEDRO, C.B.; GUEDES, O.S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas... **Anais...** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo, SP (Brasil): Ed. Brasiliense, 2011.

PROBST, E.R.; RAMOS, P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.

REVISTA AZMINA. [S. l.]: Instituto AzMina, 2015-2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/revista-azmina/>. Acesso em: 5 set. 2023.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

ROWLEY, Scott D. et al. Effect of cell concentration on bone marrow and peripheral blood stem cell cryopreservation. 1994.

SARTI, S. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 2018, Chicago. **Anais...** Chicago: Illinois, set. 2018.

SILVIA. E. Androcentrismo nos estudos da juventude: efeitos ideológicos e possíveis aberturas. **Na última década**, v. 14, n. 25, pág. 91-110, 2006.

SILVA, S.G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Revista Psicologia ciência e profissão**, v. 30, n.3, p. 10, 2010.

SILVA, J. De.B. Evolução de Liderança e Postura dos Líderes Atuais. **Revista Ciências Jurídicas Empresas**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 119-127, Mar. 2014.

SIMÕES, S.D. **Deus, pátria e família**. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 2015.

SIMIONATO, M.T. O Contrato de Namoro e a União Estável: Uma análise da validade jurídica do Contrato de Namoro com o intuito de afastar a caracterização da União Estável. 2020. **JusBrasil**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81696/o-contrato-de-namoro-e-a-uniao-estavel>. Acesso em 10 set. 2021.

SUAREZ, O.A. *La violencia psicológica em el lugar de trabajo em el marco de la unión europea*. **Lan Har Remark**, v.1, n.7, p.20, 2002.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 3, n. 5, p. 11-26, 2019.

SWANBERG, J.E.; OJHA, M.U.; MACKE, C. Emprego do Estado Estatutos de Proteção para as vítimas de violência doméstica: Políticas Públicas esposta a violência Doméstica como uma questão de emprego. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 3, p. 587–619, 2012.

VALDÈS, T. *De lo social a lo político. La acción de las mujeres latino-americanas*. Santiago: Lom Ed., 2000.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, 2020.

VIANNA; R.B; CAMPOS, A.A.; FERNANDEZ, J.L.. Historical, diagnosis and epidemiology of anxiety in youth. **Revista brasileira terapia cognitiva**, v.6, n.2, p. 37-57. 2010.